

PF apreende 1.600 toras de mogno no PA

Madeira tinha sido extraída e vendida ilegalmente por caciques caiapós do Xingu

• BRASÍLIA. A Polícia Federal apreendeu 1.609 toras de mogno extraídas ilegalmente na terra dos índios caiapós, no Xingu. A madeira tinha sido vendida por caciques caiapós a madeireiras do Pará e, segundo a PF, seria repassada ao mercado internacional por US\$ 2,7 milhões. Apesar de o corte de mogno estar proibido pelo Ibama, os caiapós protestaram contra a apreensão e, segundo o delegado federal Hélio Khristian, chefe da operação, estão indo para uma base do Governo próximo à reserva para tentar liberar a madeira. Por causa da ameaça de conflito, a PF deverá levar a madeira para o 51º Batalhão de Infantaria de Selva.

As 1.609 toras foram apreendidas quando estavam sendo transportadas por madeireiros pelo

leito do Igarapé Xinxin, no centro da terra indígena Menkragnoti. Foram apreendidos também seis embarcações, um trator, um caminhão, quatro moto-serras, sete espingardas e 30 cartuchos. Parte do material pertence à Madeireira Ouro Verde, de Wagbner Luiz Bernardes de Freitas, já denunciado pelo Ministério Público Federal por exploração ilegal de madeira em outra terra indígena.

Os agentes da PF encontraram um contrato de compra e venda entre caiapós e a Ouro Verde assinado pelos caciques Bekwynhi e Pykaty-re, que se apresentam no documento como agropecuaristas. Foram detidos apenas três operários que transportavam a madeira, mas o delegado tenta agora indiciar os donos das madeireiras Ouro Verde, Ferreira e

Versati, todas do Pará. Segundo Khristian, os caiapós só podem ser indiciados se tiverem grau de aculturação suficiente para serem responsabilizados.

Segundo o delegado, as 1.609 toras têm quase cinco mil metros cúbicos. Cada metro cúbico é comprado dos caiapós por US\$ 40, mas vale entre US\$ 550 e US\$ 600 no mercado internacional. A PF encontrou mais 610 toras já cortadas na aldeia Pukanu, mas decidiu não apreendê-las para evitar confronto direto com os índios, que certamente resistiriam à operação. A PF acha que a apreensão pode desmontar uma máfia de extração ilegal de madeira nas terras indígenas do Xingu.

Preocupado com o aumento das agressões ao meio ambiente e com as ameaças a seus fiscais, o

Ministério do Meio Ambiente lançou ontem uma campanha em cadeia nacional de televisão para esclarecer sobre a nova lei de crimes ambientais, que completou um mês, com penas mais duras e uma base jurídica que impede os predadores ambientais de mudar na Justiça as multas aplicadas pelo Ibama. Desde então, um fiscal foi assassinado a mando de madeireiros em Marabá, no Sul do Pará, três foram agredidos e dezenas vêm sendo ameaçados, a maioria na região amazônica.

A nova lei ambiental prevê prisão de até cinco anos para quem desmata sem permissão, multas de até R\$ 50 milhões para empresas que poluem rios e abre um leque amplo de penas opções para que o infrator repare o dano causado à ecologia. ■

1820
+ 5/98
09/10/98

5